

o alerta necessário

A realidade dominante no movimento sindical, também na CGTP-IN, é crítica e de duração considerável e preocupante. A primeira condição para resolver decisivamente dificuldades ou crises é reconhecer essa realidade e enfrentá-la.

Quando surgem novos problemas e grandes desafios, como a precariedade, os novos empregos e tipos de contrato ou plataformas, impedindo vidas dignas, nomeadamente aos jovens trabalhadores; quando se impõe a redução e reorganização do tempo de trabalho e os algoritmos tomam conta da vida laboral; quando a emergência climática destrói empregos e as multicrises e as transições digital e energética ameaçam os empregos que conhecemos, constatamos a ausência de respostas por parte da maior organização sindical portuguesa.

Saída de um Congresso em que se exigia renovação de pessoas e métodos, a CGTP adotou um ainda maior fechamento, deixando de ter nos seus órgãos executivos quem, pela sua representatividade e presença ativa nos locais de trabalho, tem de ser tido em conta e assumir um papel mais relevante na condução da luta que é de todos. Quando precisamos de redes, cooperação e solidariedade europeia, vemos uma prática isolacionista que em nada beneficia uma resposta eficiente do todo sindical, que, para além das diferenças, que existem, precisa de unidade na ação. Quando se impõe ousadia e compromisso, renovação e inovação sindical, temos uma deriva sectária, falta de transparência, duvidosa representatividade, burocracia sindical ao serviço de estratégias alheias e negacionismo da sua própria crise.

Quando, por falta de funcionamento democrático, o Conselho Nacional confederal reuniu dois anos e meio sem a participação de todos os sindicalistas socialistas; quando a simples distribuição das propostas alternativas, vindas da corrente socialista ou da corrente bloquista foi sistematicamente recusada; e quando se esperaria que o Congresso último resolvesse o diferendo e engrandecesse o projeto unitário, este assumiu a ruptura e os sindicalistas socialistas ficaram ineditamente fora da Comissão Executiva, para onde mais uma vez os sindicalistas bloquistas foram barrados; quando as guerras avançam, a CGTP não pode ter dualidade de critérios nem reticências na defesa do direito dos povos à autodeterminação.

A composição político-partidária da direção da CGTP não tem hoje autonomia nem correspondência alguma com a realidade sociopolítica em terreno laboral. Tal se confirmou nas comemorações do 1º de Maio 2024, marcadas, principalmente no Porto, por um separatismo social inexplicável, expulsando do desfile organizações diversas, chamando até a polícia para tal impor. Aliás, o desfile de Lisboa evidenciou uma deriva inaceitável: o pano da frente da manifestação foi empunhado exclusivamente por elementos da maioria comunista dominadora da CGTP. Situação que se repete na Concertação Social, com representações amputadas na sua diversidade interna.

Agora, governados pela direita, com a extrema direita em crescendo, como é possível que seja quando na CGTP-IN a desunião e falta de democracia interna mais se manifesta? O que mais se impõe é o **reforço e abertura da organização, a unidade, a capacidade de propor, lutar, negociar com ganhos.**

Mas a CGTP, a grande central unitária dos trabalhadores portugueses, mostra-se cada vez menos unitária e sofre o domínio e controlo duma força partidária. A CGTP evidencia-se cada vez menos de massas e muito menos autónoma. Assim perde credibilidade e vai desgastando o seu rico capital histórico. Assim tem perdido relevância. Assim, perde poder e, no jogo político social, não conta; faz de conta.

Nós, ex dirigentes, também somos CGTP e sabemos que esconder a crise, para não mostrar debilidades, não é solução: **assumir, enfrentar e reforçar-nos** quando solucionamos os problemas! Isso sim. Demos muito do nosso esforço ao longo das nossas vidas ao movimento sindical. Não podemos silenciar **o alerta necessário. É PRECISO e URGENTE:**

- **Recuperar a autonomia**, respeitando o lugar dos partidos e recusando o domínio sectário e organizado de um partido sobre a orientação, direção e funcionamento da CGTP, que conflitua com a diversidade de convicções políticas dos trabalhadores e os afasta do sindicalismo;
- **Recuperar o caráter unitário** efetivo da CGTP-IN, fiel às origens históricas, e **adotar uma política real de unidade na ação** com outras organizações sindicais, de trabalhadores e movimentos sociais, no respeito pelas distintas identidade;

- **Adotar uma democracia inclusiva**, com debate efetivo, onde a voz e sensibilidade de todos conte, e promover a real **participação, prestação de contas, transparência e real circulação de informação** para construir as orientações e ação da central, **rejeitando o funcionamento centralista da CGTP**,
- **Desenvolver um debate amplo e participado, promover a análise concreta da realidade e responder às mudanças profundas e novos desafios do mundo do trabalho**, sem o habitual discurso triunfalista que ignora fragilidades e erros próprios, investindo na análise autocrítica dos erros, fraquezas e insuficiências próprios.

Os princípios da CGTP, a sua matriz original tem de ser recuperada. É preciso democracia interna, controlo democrático e participação sem discriminação! É preciso transparência! É urgente o fim do centralismo autoritário e sectário da atual maioria! É preciso autonomia e independência! É preciso unidade a sério! É urgente que todos os que querem um sindicalismo de classe, democrático, autónomo e solidário tenham lugar e se sintam bem na CGTP!

Os SIGNATÁRIOS

Ex-membros da Comissão Executiva	
Adão Mendes	Emídio Martins
Américo Monteiro Oliveira	Fernando Jorge Fernandes
Armando Carvalho	Florival Lança
Augusta de Sousa	Maria Conceição Rodrigues
Carlos João Tomás	Maria Fátima Carvalho
Carlos Trindade	Ulisses Garrido
Eduardo Chagas	Vivalda Silva
Ex membros do Conselho Nacional	
António Avelãs	Fernando Lima
António Gomes	Francisco Alves
Antonio Guerreiro	João Maneta
António Morais	José Costa Velho
Augusto Pascoal	José Pinheiro
Branco Viana	Manuel Grilo
Carlos Amado	Manuel Pinto Silva
Carlos Lopes	Maria Graça Silva
Deolinda Martin	Maria José Miranda
Fernando Fidalgo	Mariana Aiveca
Ex-membros de sindicatos e uniões da CGTP	
Cipriano Pisco	Vitor Cavalinho
Vitor Brilhante	Jorge Magalhães